

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1408 | 09/10/2017 a 15/10/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

TECNOLOGIA

BOOM DAS AGRITECHS

Startups se voltam para a
inovação no campo



sistemafaep.org.br

FALTAM

0 8 4

DIAS

Para inscrição no CAR
e adesão ao PRA



PRA
PROTEÇÃO AMBIENTAL

Aos leitores

Já faz algum tempo que a tecnologia chegou ao campo. A revolução industrial, lá no longínquo século 18, trouxe o avanço tecnológico às atividades agrícolas, influenciado também pela intensa urbanização das cidades que reduziu a mão de obra.

Hoje, máquinas computadorizadas, drones, entre outros compõem o cenário agrícola com a mesma naturalidade que a plantação e os animais. Agora entramos num novo momento que envolve a gestão com tecnologias que permitem maior rentabilidade e controle do que se faz, que forneçam informações mais exatas para se produzir com racionalidade. É o que mostra a nossa matéria de capa desta edição. Sem contar que a sucessão está acontecendo para uma geração digital.

Outubro é um mês de festa no Sistema FAEP/SENAR-PR. Aguardamos com ansiedade, o momento de premiar professores e alunos que durante o ano se dedicaram com afinco nas salas de aula. É o Programa Agrinho que há 22 anos faz a festa com alunos e professores do Paraná. Nesta edição temos os finalistas da nova categoria: Agrinho Solos.

Esperamos que vocês apreciem a leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti |
Conselho Fiscal: Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros
Redação e Revisão: André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1408:

Fernando Santos, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE

TECNOLOGIA

A gestão da propriedade na ponta dos dedos

PAG. 6

ARTIGO

Colabore com o Censo Agro

Pág. 4

LEGISLAÇÃO

Os impactos da Reforma Trabalhista no Campo

Pág. 10

VIAGEM TÉCNICA

As visitas do 4º grupo pela Europa

Pág. 15

HISTÓRIA

Missão de Paz no Haiti

Pág. 18

SENAR

Comemoração dos 25 anos passa por Curitiba

Pág. 24

SENAR-PR divulga os finalistas de mais uma categoria

Conheça as Experiências Pedagógicas selecionadas para a 2ª. fase do Agrinho Solos



O SENAR-PR divulgou o resultado de mais uma categoria do Concurso Agrinho, no dia 28 de setembro. São os cinco finalistas da categoria Experiência Pedagógica do Agrinho Solos (relação abaixo).

Eles estão habilitados a participarem da segunda fase do processo, no dia 11 de outubro, a partir das 14h30, na sede do SENAR-PR, em Curitiba.

Na segunda fase, os professores terão 15 minutos para fazer a apresentação de seu projeto à Comissão Avaliadora. Posteriormente, os integrantes poderão realizar perguntas para esclarecer eventuais dúvidas. Na apresentação dos projetos, os docentes podem utilizar equipamentos como projetor multimídia, computador e caixa de som. Na apresentação em Curitiba, os professores devem trazer xerox do RG, CPF e comprovante de residências.

O Agrinho Solos é uma nova categoria que iniciou em 2017. Com o tema “Conservação de solos: sustentabilidade que garante o amanhã”, a proposta é unir a metodologia consolidada do projeto educacional com as diretrizes do Programa Integrado de Conservação do Solo e Água do Paraná (Prosolo). Neste ano, a participação foi destinada exclusivamente a colégios agrícolas e escolas de ensino fundamental das cidades de Cambará (Norte Pioneiro), Castro (Campos Gerais), Lapa (Região Metropolitana de Curitiba), Palotina (Oeste), Ponta Grossa (Campos Gerais) e Umuarama (Noroeste).

Município	Escola	Professora	Dia da Apresentação na Banca	Horário da Apresentação
Cambará	MARIA ALICE BIT A FORTI, E MUN – E FUND	Ana Paula Pedrina Spada	11/10/2017	14:30 – 14:55
Castro	JOSE NERY C.DE NAPOLI, E M-ED INF E FUND	Cintia do Rocio Jele Machado	11/10/2017	15:00 – 15:25
Ponta Grossa	AUGUSTO RIBAS, C E AGRIC – E MEDIO PROF	Adalci Leite Torres	11/10/2017	15:30 – 15:55
Ponta Grossa	JOSE PINTO ROSAS, E M DR – E INF E FUND	Flávia Corina Carvalho Vitkoski	11/10/2017	16:00 – 16:25
Ponta Grossa	MÁRIO BRAGA RAMOS, E M PROF-EI EF DEPUTADO	Vanessa Bonicoski	11/10/2017	16:30 – 16:55

O Censo Agro mexe com você

Quando um jovem com camiseta e chapéu do IBGE bater na porteira, dê-lhe suas informações



Já foi dito que só conhecemos o que somos capazes de medir. Exemplo: sair de casa sem saber a previsão do tempo. Você pode se molhar e pegar resfriado. Fazer negócios sem saber a medida do seu mercado. Você terá surpresa desagradável. Ou conduzir a economia sem medir sua realidade: seria irresponsabilidade do gestor público.

O Censo Agro, apelido curto para o recenseamento agropecuário brasileiro, que foi a campo a partir do dia 1.º de outubro, é um

esforço gigantesco para medir a realidade de um setor crucial para todos nós, o agronegócio e seu ambiente. Sem esse levantamento o governante decide praticamente às escuras quando define políticas agrícolas e sociais para o campo brasileiro. No entanto, desde 2007, quando foi realizado o Censo Agro pela última vez, estamos sem saber como vai o setor que responde pelo abastecimento alimentar do País, pela maior parte de nossas divisas e, no mínimo, por 25% de nossos

empregos diretos e indiretos.

O Censo Agro mexe com cada uma dessas dimensões de interesse geral e vai mais longe: mede a produção e os preços praticados na safra colhida e na produção animal e silvícola. Mede a mão de obra empregada e fotografa as características principais do produtor, seja ele grande, pequeno ou microempresário. O Censo Agro investiga com atenção especial a chamada agricultura familiar, categoria responsável por cerca

de 80% dos questionários do levantamento. Inventaria também o maquinário existente e estima as áreas usadas ou preservadas nos estabelecimentos rurais. Identifica as fontes de captação d'água. Levanta despesas do produtor e permite calcular o retorno econômico e a situação social e ambiental, além das práticas de plantio em cada estabelecimento. Vê o uso do crédito e da informação rural.

O Censo Agro vai fundo na busca da verdade do campo. Já por volta de maio de 2018 os resultados desse enorme levantamento – talvez o mais extensivo do planeta (!) – ficarão disponíveis. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável pelo desafio de escrutinar cada canto do País, visitando mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais de todos os tipos e tamanhos. Às vezes falamos do IBGE sem saber direito o que é e o que faz esse instituto para melhorar o nosso dia a dia. O IBGE é a luz invisível da informação que governos e pessoas usam para decidir e atuar. E o Censo Agro é parte vital desse painel de informações de alto conteúdo. O trabalho do Censo Agro será feito durante cinco meses a partir deste outubro, empregando um exército de 26 mil jovens engajados com identificação e um smartphone adaptado na mão, que marcará cada produtor rural na telinha digital com sua posição precisa e colherá dados em 40 minutos de entrevista, logo enviada à central de processamento informático do IBGE. Tudo com tecnologia desenvolvida dentro de casa pelos talentosos técnicos do IBGE.

Mas a história do Censo Agro 2017 não estaria completa sem contarmos como ele nasceu. Não foi de parto natural. Teve de ser induzido. Essa gravidez vinha sendo rejeitada desde 2011, quando o censo, que deveria ter sido realizado a cada cinco anos, teimava em não deslanchar. O governo Dilma Rous-

seff não deu a mínima bola para o Censo Agro, que ficou no papel. A cada novo Orçamento federal, mais um adiamento. Chegou a vez da proposta orçamentária para 2017, em meio à crise fiscal do início da gestão Temer. Mais uma vez faltou espaço nas contas públicas.

Mas no IBGE fomos à luta, buscando recursos por meio de uma emenda de iniciativa do Congresso Nacional. Difícil de ser acolhida, muito mais de ser votada e aprovada. Mas confiamos e apostamos. Havia no Congresso parlamentares com a visão do interesse nacional. E de todos os matizes políticos, da esquerda à direita. No Senado Federal, quem capitaneou a proposta foi a fora de série Ana Amélia (PP-RS), senadora exemplar e completa. Na Câmara dos Deputados formou-se um timaço numa Frente Parlamentar da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental (Frente da Gema), coordenada por Carlos Melles (DEM-MG), líder na agrorrepresentação nacional. O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, também pôs seu time na rua e trouxe o restante do governo. O relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa 2017), senador Eduardo Braga (PMDB-PA), acolheu a emenda inédita, de R\$ 505 milhões, valor jamais alcançado numa emenda de comissão. E com a influência e a força do setor produtivo e da área acadêmica, o Censo Agro 2017 começou a virar realidade.

Por obra e graça de um coletivo formado por Congresso, IBGE, governo e opinião pública. O resto ficou por conta de uma equipe de valorosos ibgeanos que conseguiu compactar, em tempo recorde, um levantamento antes pensado para ser feito com o triplo de entrevistadores e o dobro da verba. Uma vez condensado o questionário da pesquisa, sem perda de substância nem de área de cobertura, o IBGE tornou viável o Censo Agro, de outra forma impossível em razão da restrição de

recursos que vivemos hoje.

Nesse sentido, o Censo Agro 2017 já parte vitorioso, mesmo antes da sua primeira entrevista. Provou-se possível, no país do desperdício, fazer mais (e melhor!) com menos. Mostrou-se que de uma boa causa nenhum bom Congresso escapa, nem quer esquivar-se de votar nela. Evidenciou-se, afinal, que um País mais sério e maduro, com objetivos e planos coerentes, não é sonho, não. Basta querer e fazer acontecer, com serenidade e determinação.

Quando aquele jovem usando camiseta e chapéu do IBGE bater na porteira de sua fazenda, abra para ele as suas informações, que o IBGE as manterá em absoluto sigilo, até mesmo do Fisco. Informe corretamente, pois seremos nós todos os beneficiários de um País capaz de medir e fazer as contas certas. E que não deixará ninguém para trás.



Paulo Rabello de Castro,

*Presidente do BNDEx, ex-presidente do IBGE (de julho 2016 a maio 2017), professor em economia agrícola desde 1977, agradece a todos os que tornaram viável o Censo Agro 2017.

O Estado de S.Paulo
29 Setembro 2017



BYTES E MEGABYTES A SERVIÇO DO CAMPO

Tecnologia deixou de ser futuro no meio rural para se tornar realidade, a ponto de interferir nos índices de produtividade e colaborar para a permanência do jovem na atividade

Por Carlos Guimarães Filho



Uma avalanche de bytes, megabytes, startups e outros incontáveis processos tecnológicos tem soterrado os produtores rurais. Diante do desafio de absorver as ferramentas (úteis) ofertadas pelo mercado, agricultores estão de olho no que pode (ou não) potencializar a gestão da propriedade, alavancar os índices de produtividade e os negócios e, de quebra, reduzir os custos de produção. Esse processo de transformação, ainda colabora diretamente para combater um dos principais desafios do agronegócio: a permanência dos jovens no campo.

Essas mudanças de comportamento dentro da porteira, com a tecnologia fazendo parte da rotina, aliada à necessidade de acompanhar o dinamismo do setor colocaram a propriedade, literalmente, na palma da mão do produtor. Uma infinidade de softwares e startups (empresas de aplicativos voltadas para ideias inovadoras) permitem a gestão da atividade, independente da produção, se grãos, aves, suíno ou outra, ao simples toque dos dedos, mesmo que a quilômetros de distância. De acordo com a Associação Brasileira de Startups (ABStartups), quase quadruplicou o número de startups ligadas à agricultura - as chamadas agritechs ou agtechs - nos últimos dois anos, chegando próximo de 200 no país.

“O campo está cada vez mais rápido, cheio de transformações. Os dados são um recurso natural bastante valioso, que ajudam os agricultores quando transformados em conhecimento para a tomada de decisões e soluções”, aponta Ricardo Horiuchi, especialista da multinacional canadense Thomson Reuters. “Os produtores precisam

96%

dos produtores têm celular, contra 36% em 2013, segundo pesquisa “Perfil do Produtor Brasileiro”, da ABMR&A.

captar os cenários, separar as informações e transformar em negócios”, complementa.

Apesar da abundância de ferramentas à disposição do agronegócio, a maioria das propriedades ainda não tem tecnologia integrada a um microprocessador, fazendo com que os resultados fiquem aquém do potencial máximo. Isso acaba impondo um enorme abismo entre as fazendas tecnificadas e as que não adotam procedimentos similares.

“Das mais de cinco milhões de propriedades no Brasil, apenas 37 mil são responsáveis por 50% da exportação do país. Isso é a prova de que a tecnologia ainda é utilizada por poucos. Mas o





Cornélio Jacob e Victor Augusto investem em tecnologia há anos para potencializar a gestão das duas propriedades

digital já está tomando conta da agenda do campo”, resalta, com otimismo, Christian Lohbauer, diretor de assuntos corporativos e governamentais da Bayer. “A tecnologia está diretamente ligada a otimização dos processos e é fundamental para o crescimento do setor”, reforça Homero Scarinzi, da multinacional norte-americana de tecnologia Oracle Corporation.

Jovens consultores

Apesar dos incontáveis avanços que se fazem necessários, a tecnologia tem colaborado diretamente para vencer, ou ao menos minimizar, um dos principais desafios do campo. A necessidade de transformar a gestão das propriedades a partir do uso de ferramentas artificiais tem ajudado na permanência dos jovens no campo. Diante das dificuldades de escolher, implantar e usar os dispositivos, as chamadas gerações ‘mais antigas’, formadas por avós e pais, têm recorrido aos netos e filhos.

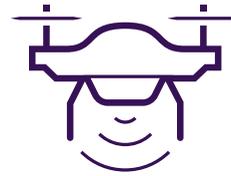
“Com o advento da tecnologia, a geração mais nova, que cresceu em meio às startups, tem ascensão sobre o pai e o avô. Esse processo acaba sendo a porta de entrada do jovem na administração da propriedade, ou seja, a

tecnologia é uma forma de viabilizar a sucessão familiar”, garante Maurício Mendes, diretor da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A) e sócio da consultoria Agriplanning. “Cada vez mais temos jovens tomando decisão. Isso está relacionado com o mundo digital”, complementa.

Mendes destaca que essa soma de qualificações entre as gerações que já estão no campo há décadas, mas que não dominam tão bem as ferramentas tecnológicas, e os jo-

9 BILHÕES

de robôs estarão em funcionamento no mundo em 2050, um para cada cidadão, conforme estimativa da IFR.



vens consultores, que cresceram em meio ao processo, cria uma sinergia de resultados. “Essa valorização do jovem na gestão da propriedade já está acontecendo. Isso irá segurar a juventude no campo”, diz.

É exatamente o que acontece na família Aardoom, dos Campos Gerais. Há sete anos, diante da necessidade de modernizar as propriedades em Castro e Tibagi, o produtor Cornélio Jacob recorreu ao filho Victor Augusto. Desde então, as atividades – agricultura, pecuária de leite e suinocultura – registraram um salto de produtividade.

Na propriedade de Castro, que pertenceu ao pai de Cornélio, a tecnologia entrou aos poucos nos últimos anos. A aquisição de um trator com piloto automático, uma plantadeira com monitoramento por satélite, o software de gestão para otimizar o serviço, até os resultados começaram a aparecer no curto espaço de tempo.

“Hoje plantamos mais rápido. O que era feito em um mês antigamente, fazemos em 10, 15 dias. Sem contar a qualidade que melhorou e a produtividade que aumentou mais de 40% nos últimos dez anos”, comemora, orgulhoso, o pai.

Na área em Tibagi, adquirida há cinco anos, a suinocultura com ciclo completo já iniciou com tecnologia embarcada, graças a Victor. A gestão das 480 matrizes ocorre por meio de um software, que otimiza o trabalho. “Meu pai sempre foi bastante receptivo com as sugestões. Ele sabe que esses processos, quando realizados de forma correta, colaboram para redução de custos”, aponta o agora agricultor Victor, que só deixa a propriedade nos finais de semana para passear em Ponta Grossa.

A mais recente aquisição de Victor é um drone, que será utilizado para o monitoramento das lavouras. “Sempre estou atento a novidades”, complementa o jovem, que já esteve duas vezes na Farm Progress Show, maior feira de tecnologia agrícola que acontece nos Estados Unidos, atrás de inovações tecnológicas para implantar nas propriedades da família.

Tecnologia valoriza ainda mais o produtor

O avanço da tecnologia no campo (e mesmo na cidade) não é sinônimo de desemprego. Ao contrário! De acordo com os especialistas, a entrada de softwares e robôs não significa necessariamente que o mercado de trabalho irá encolher.

“A tecnologia fecha algumas vagas, mas abre outras. 70% dos novos empregos para as futuras gerações nem existem ainda”, diz Ricardo Horiuchi, da Thomson Reuters.

A chegada da robótica no agronegócio – drones, ordenhadeiras, piloto automático, sensoria-mento de solo/planta, entre outros sistemas – é um caminho sem volta e que exige mão de obra mais qualificada. De acordo com estimativa da Internacional Federation of Robotics (IFR), já existem milhares de robôs de campo, segmento que continuará crescendo de forma acelerada.

“As pessoas precisam controlar o medo do que é novo, pois a tecnologia colabora para a execução de tarefas e processos”, explica o professor da Universidade de São Paulo (Usp), Rafael Vieira de Sousa. “A tecnologia não substitui as pessoas, pois o algoritmo não resolve as coisas sozinho. É apenas um instrumento para valorizar ainda mais o ser humano, no caso do campo, o produtor”, reforça Christian Lohbauer, da Bayer.

Evolução

Nas últimas décadas, o campo registra um avanço em diversos aspectos com a adesão da tecnologia da porteira para dentro.



Por muitos anos, o trabalho nas propriedades dependia dos produtores e animais.



Os primeiros tratores impulsionaram o trabalho, na questão de tempo.



Máquinas com tecnologia embarcada colaboraram para o aumento da produtividade.



À distância, produtor administra a propriedade via aplicativos e robôs.

Um novo motor para o Agronegócio

Reforma Trabalhista aproxima legislação da realidade do campo. Setor ganha ainda mais competitividade e produtividade



“Diversos pontos foram modificados e representam ganhos para o setor agrícola. Mas ainda não está satisfatória e estamos apresentando pleitos”, explica o advogado da Comissão Nacional de Relações de Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Cristiano Zaranza.

A nova legislação carrega uma série de dispositivos que, após implantada, irá repercutir de forma positiva na produção agropecuária. A expectativa é um avanço do setor, um dos motores da economia nacional, principalmente nas relações entre empregado e empregador e, conseqüentemente, a abertura de novos postos de trabalho dentro da legalidade.

Essa projeção está de acordo com a expectativa do produtor Marco Antonio de Oliveira Machado, que produz milho, soja, frutas de caroço, pepino, tomate e pimentão (esses últimos três em estufa) em propriedades nos municípios de Cornélio Procópio e Congonhinhas, no Norte Pioneiro do Estado. Atualmente, Machado emprega 150 pessoas, com possibilidade

No dia 13 de novembro, os produtores ganharão um reforço de peso para alavancar os trabalhos da porteira para dentro. Não se trata de uma máquina de última geração ou alguma semente resistente a seca. A partir da data, a Reforma Trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional em julho, entre em vigor e, embora não seja específica para o trabalhador rural, afeta a atividade com a alteração das regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou seja, as novas normas estão mais próximas da realidade do campo ao considerarem as características das atividades rurais, deixando para trás preceitos apenas urbanos.

de ampliar o grupo. “Antes haviam coisas absurdas que dificultavam bastante o trabalho. As novas regras atendem mais a realidade do campo. Será um avanço”, garante.

Entre as 114 modificações, sendo 54 alterações, 43 novos artigos e nove revogações da reforma, o produtor do Norte Pioneiro destaca a possibilidade de dividir as férias, permitindo que o trabalhador esteja no momento da colheita, e o fim da necessidade de contabilizar como hora trabalhada o deslocamento dos funcionários. “Ninguém mais mora na fazenda. Todo mundo está nas cidades próximas”, ressalta.

Avanços

A lista de pontos de interesse do agronegócio na Reforma Trabalhista é longa. Mas, alguns terão impacto direto e imediato na produção agropecuária. A advogada Lidia Cristina Santos, especialista em Direito e Agronegócio e membro do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS), destaca, por exemplo, a possibilidade de negociar a organização da jornada de trabalho, banco de horas individual, intervalo intrajornada, remuneração por produtividade, prêmios de incentivo em bens ou serviços, entre outros.

“A Reforma Trabalhista traz maior segurança e transparência nas contratações e nas relações de trabalho, beneficiando toda a economia, inclusive, o agronegócio”, aponta Lidia. “O setor é o motor da economia nacional e, necessita de segurança jurídica nas relações entre produtores e empregados rurais, fato que trará grandes avanços na produtividade”, complementa. “Esperávamos essa modernização na relação de trabalho há muito tempo. Enfim o Governo fez, sem causar prejuízo ao trabalhador. Essa relação se torna agora mais justa, mais segura e mais clara”, faz coro o presidente do Sindicato Rural de Umuarama, Mário Zafarelli.

A advogada ainda aponta, como benéfico para o campo, a hierarquia entre os acordos e as convenções coletivas de trabalho, prevalecendo o primeiro. “É natural que a convenção celebrada entre sindicato patronal e laboral para toda uma base territorial não seja tão específica quanto o acordo coletivo estabelecido entre determinada empresa e o sindicato laboral”, explica.

Ainda, outra conquista para a categoria econômica rural, segundo Lidia, está no fato da vedação à ultratividade dos instrumentos coletivos. Isto significa, que as condições negociadas no contrato de trabalho são válidas somente enquanto há vigência do instrumento coletivo, permitindo segurança para ambas as partes. “Isso traz alguns reflexos à categoria, como a possibilidade de alterar a jornada de trabalho e os intervalos, a mudança no prazo do contrato temporário, o pagamento das horas de deslocamento entre casa e trabalho mediante valor fixo ou outra forma de benefício”, coloca.

“O produtor se sentirá mais seguro em contratar mão de obra temporária, manejar férias, na demissão, entre outros pontos. Os custos trabalhistas serão menores, diminuindo os custos da produção agropecuária. Não se pagará pelo deslocamento e sim pelo trabalho”, complementa Zafarelli.

Projeto de Lei foca em especificidades do campo

Apesar dos inúmeros avanços com a Reforma Trabalhista, o campo pode contabilizar novas conquistas no futuro. O Projeto de Lei nº 6.442/2016 em andamento, de relatoria do deputado federal Nilson Leitão, tem por objetivo retratar de forma mais realista as peculiaridades dos trabalhadores rurais.

O texto do documento traz mais benefícios do que a reforma trabalhista, pois considera as peculiaridades existentes na relação do campo. A advogada Lidia Cristina Santos ressalta, por exemplo, a possibilidade de o trabalhador ser remunerado com salário mais moradia e/ou parte da produção local (alimentos ou animais), flexibiliza a jornada de trabalho mediante negociação entre empregador e empregado, permitindo trabalhar mais em um dia e menos no outro.

“No campo, no pico da safra, por vezes é necessário aproveitar as condições climáticas e estender a jornada. Em outros dias, em decorrência do clima, nenhuma atividade é exercida”, ressalta a advogada. “A aprovação do PL nº 6.442/2016 trará ainda mais benefício pois trata de legislação específica para o trabalhador rural, trazendo mais competitividade para o setor, reduzindo a informalidade que existe nas relações de trabalho no meio rural”, reforça.

Veja alguns pontos da Reforma Trabalhista que permitem o avanço do trabalho no campo.



Férias poderão ser fracionadas em até três períodos, mediante negociação, contanto que um dos períodos seja de pelo menos 15 dias corridos.



Jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais.



O tempo despendido até o local de trabalho e o retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.



Convenções e acordos coletivos poderão prevalecer sobre a legislação.

Situação das safras no Paraná

Confira as condições de trigo, soja, milho e feijão



Por **Ana Paula Kowalski**
Engenheira agrônoma do DTE/FAEP

SOJA | Safra 2017/18

Em setembro a área plantada está estimada em 5,45 milhões de hectares e a produção em 19,51 milhões de toneladas. Nesta 2ª estimativa temos 12.332 hectares a mais em relação ao mês anterior. Conseqüentemente a produção esperada também foi revisada para cima em 44.820 toneladas. O rendimento permanece estimado em 3.581 kg/ha.

A área plantada será superior à safra 2016/17, porém com produtividade e produção menores. O fim do vazão sanitário no Paraná liberou a semeadura desde o último dia 11 de setembro e pelo zoneamento do Ministério da Agricultura (Mapa) muitos municípios também já estão com a janela de semeadura aberta.

Como previsto, o retorno das chuvas permitiu um rápido avanço do plantio de 2% registrado antes das chuvas para 16% da área até o dia 2 de outubro. Permanece, no entanto, o atraso em relação ao ano anterior quando o plantio chegava a 26%. As chuvas iniciaram nos últimos dias de setembro em praticamente todo o Paraná garantindo a evolução de 14 pontos percentuais na área plantada, o equivalente a pouco mais de 760 ha. Os modelos de previsão dos Centros Nacionais de Meteorologia do National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) indicam chuvas pelas próximas semanas no estado com volume acumulado variando de 90 a 175 mm (de 28/09 a 14/10) nas principais regiões produtoras.

A comercialização em setembro chegou a 73% contra 70% em relação ao mesmo período do mês anterior. A comercialização permanece atrasada em relação à safra passada quando 83% da soja já estava comercializada.

MILHO 1ª safra | Safra 2017/18

A área plantada está estimada em 343.490 hectares e a produção em 3,11 milhões de toneladas. Houve redução de 1.030 hectares em relação à primeira estimativa divulgada no mês anterior. A produção esperada também foi reduzida em 891 toneladas. O rendimento que em agosto foi projetado em 9.043 kg/ha agora é de 9.067 kg/ha. A área plantada será -33% inferior à safra 2016/17 e a produtividade -6%.

O plantio chegou esta semana a 33% da área contra 68% registrado no mesmo período do ano anterior e 37% na média dos últimos 5 anos. O milho também está com o plantio atrasado em função da estiagem prolongada, que também prejudicou de forma pontual a germinação e o desenvolvimento inicial da cultura para aqueles que arriscaram plantar com solo seco.

A comercialização antecipada da safra é de apenas 1% contra 4% no mesmo período do ano anterior. Ainda há estoque de milho verão e safrinha da safra 2016/17. Somando as duas produções, há 8,72 milhões de toneladas da safra 2016/17 ainda por comercializar, o equivalente a 48% da produção total do Paraná que foi de 18,34 milhões de toneladas.

Após a forte queda desencadeada pela colheita da safrinha, os preços voltaram a subir em setembro. A alta foi provocada por dois fatores: o maior fluxo de exportações de milho e a maior demanda interna para ração animal. A demanda exportadora é efeito direto do real desvalorizado, que torna o produto brasileiro mais competitivo e a demanda interna é efeito indireto da seca que prejudicou as pastagens.

TRIGO | Safra 2017

A área plantada foi de 962.004 hectares e a produção deve totalizar 2,29 milhões de toneladas. Houve redução de 531 hectares em relação à estimativa de agosto e também redução de produtividade. Em agosto, a expectativa era de 2.713 kg/ha e, em setembro o número foi revisado

para 2.405 kg/ha. Se confirmada, a queda de produção em relação à safra anterior será de 34%.

A colheita chegou a 71% da área contra 2% registrado em agosto. Em outubro de 2016 a colheita abrangia 54% neste mesmo período.

A comercialização da safra chegou a 23% neste mês contra 6% em agosto. A comercialização está adiantada em comparação com a safra anterior quando a venda chegava a apenas 14% neste mesmo período.

FEIJÃO 1ª Safra | Safra 2017/18

A área plantada está estimada em 198.244 hectares e a produção em 383.204 toneladas. Nesta 2ª estimati-

va a área plantada foi ampliada em 2.083 hectares em relação ao mês de agosto. Consequentemente a produção esperada também foi revisada para cima em 5.702 toneladas. O rendimento estimado foi revisto de 1.924 kg/ha para 1.933 kg/ha.

A produção será 4% superior à safra 2016/17, devido a um aumento de 2% na produtividade e também de 2% na área plantada. O plantio cobre apenas 33% da área até o momento frente os 55% no mesmo período do ano anterior. Além do atraso, a seca também está refletindo na qualidade das lavouras. De acordo com a Seab, 4% das lavouras estão em condições ruins, 44% em condições medianas e 52% em condições boas. No ano passado, 94% da área era classificada como boa e apenas 6% como mediana.

Preços Médios Recebidos pelos Produtores do Paraná

	04/10/17	Dia Anterior	Variação Diária	Mês Anterior	Variação Mensal	Ano Anterior	Variação Anual
	R\$	R\$		R\$		R\$	
Soja (saca 60 kg)	59,46	59,59	-0,22%	58,21	2,1%	66,40	-10%
Milho (saca 60 kg)	20,68	20,66	0,1%	18,68	11%	31,49	-34%
Trigo (saca 60 kg)	32,37	32,63	-0,8%	33,63	-4%	38,63	-16%
Feijão Carioca (saca 60 kg)	100,99	103,54	-2,5%	106,13	-5%	339,14	-70%
Feijão Preto (saca 60 kg)	111,62	111,76	-0,1%	110,83	1%	205,39	-46%

Fonte: Seab. Elaboração: FAEP | DTE

Estimativas de Área, Produção e Rendimento da Safra 17/18 - Setembro/2017

	ÁREA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO		
	(em mil ha)			(em mil toneladas)			(kg/ha)		
	16/17	17/18	Var. %	16/17	17/18	Var. %	16/17	17/18	Var. %
Soja	5.272	5.448	3%	19.818	19.508	-2%	3.759	3.581	-5%
Milho (1ª safra)	514	343	-33%	4.932	3.115	-37%	9.602	9.067	-6%
Feijão (1ª safra)	194	198	2%	368	383	4%	1.897	1.933	2%

	ÁREA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO		
	(em mil ha)			(em mil toneladas)			(kg/ha)		
	15/16	16/17	Var. %	15/16	16/17	Var. %	15/16	16/17	Var. %
Trigo	1.100	962	-13%	3.486	2.294	-34%	3.171	2.405	-24%

Fonte: Seab. Elaboração: FAEP | DTE

Qualidade do leite em pauta

Congresso reuniu pesquisadores, produtores e representantes de todos os elos da cadeia para debater como melhorar o nível do produto



Sistema sempre teve um papel ativo no desenvolvimento que o setor vem apresentando nos últimos anos no Estado. “Nós apoiamos esse congresso porque nosso dever é acompanhar, avaliar criticamente, aprender, compor esse conhecimento para dentro da casa e buscar levar isso ao nosso produtor, ao nosso trabalhador, na cadeia leite do Paraná”, explica.

Para Malucelli, o peso do leite no agronegócio do Estado faz dela uma das cadeias prioritárias. “Talvez seja o negócio em que mais aparece a individualidade do produtor, são mais de 100 mil propriedades leiteiras, esparramadas em todo o Paraná. E é um negócio que além do aspecto econômico, tem uma leitura social importantíssima,

porque ela permite ao pecuarista, do maior ao menor, uma remuneração mais constante. Há muitos anos trabalhamos buscando dar esse suporte a esse setor”, diz.

Mais de 400 pessoas, vindas dos Estados produtores de lácteos mais importantes do Brasil, participaram de palestras, debates, apresentações de trabalhos científicos durante o VII Congresso Brasileiro de Qualidade do Leite, em Curitiba, nos dias 28 e 29 de setembro. Na programação pesquisadores renomados do Brasil e de mais três países: Canadá, Estados Unidos e Irlanda. Durante o evento, foram apresentados 130 trabalhos inéditos sobre qualidade do leite, com os resultados das pesquisas mais recentes sobre o tema. Participaram estudantes das principais universidades públicas e privadas do país. O evento foi promovido pelo Conselho Brasileiro de Qualidade do Leite (CBQL) e teve o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Rodrigo de Almeida, presidente do CBQL, conta que a ideia do congresso foi trazer à tona todos os assuntos correlatos à cadeia, principalmente que tenham um impacto com o tema qualidade do leite. “Basicamente esse congresso trata de tendências, possibilidades de ferramentas para que a grande maioria ou quase a totalidade do leite no futuro tenha a mesma qualidade dos melhores produtores mundiais”, relata.

O superintendente do Sistema SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto, participou do Congresso. Ele lembra que o

Cursos SENAR-PR | Bovinos de Leite

Boas Práticas Agropecuárias na propriedade leiteira

Avaliação da conformação ideal de vacas leiteiras

Casqueamento de bovinos de leite

Inseminação artificial na bovinocultura

Manejo – manejo de gado de leite – CTP / manejo de gado de leite para funcionários – CTP / manejo e ordenha / manejo e ordenha – instituições de ensino

Preparo de animais para exposição

Seminário sobre qualidade do leite

Ordenhadeira - ordenhadeira mecânica

De olho na demanda reprimida

Europeus estudam projetos para trazer tecnologia de bioenergia para o Brasil. Paraná é uma das opções preferidas

Por Ricardo Medeiros



A BTS Bioengineering, que opera 180 plantas de biogás na Itália, estuda a instalação de um escritório no Brasil, mais precisamente no Paraná. Adquirida recentemente por um grupo de investidores norte-americanos, a empresa se prepara para expandir os negócios para o continente americano.

Na última semana, produtores rurais, técnicos, lideranças sindicais e representantes governamentais que formam o 4º. grupo organizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR estiveram na empresa.

A delegação de produtores, técnicos e representantes governamentais paranaense esteve na usina de biogás da BTS em San Lorenzo di Sebato, região de Trentino-Alto Ádige, próximo à fronteira da Itália com a Áustria. A planta tem potência instalada de 1 Megawatt (MW) de eletricidade e 1,1 MW de energia térmica. Por dia, a usina produz 24 MW por hora de energia elétrica (8,5 gigawatts/h por ano) e 26 MW/h por dia de térmica (9,5 GW/h por ano). Os dois biodigestores trabalham em paralelo e consomem diariamente 120 m³ de esterco líquido, 40 m³ de

esterco sólido e 9 toneladas de resíduos vegetais, como batatas e frutas. O material fica 60 dias nos digestores para uma fermentação.

O Paraná é responsável por cerca de 20% de tudo que é produzido na agropecuária nacional. Essa potencialidade também resulta em resíduos que poderiam ser utilizados na produção de bioenergia, via a instalação de biodigestores. De olho nessa demanda reprimida, a empresa tem planos de expansão no Paraná. Assim que fecharmos o primeiro, pretendemos abrir escritório no Brasil. Estamos animados com a possibilidade de oferecer nossa tecnologia”, diz Jeff Henslin, um dos donos da empresa. Ele mora em Florianópolis (SC).

A usina reúne 120 produtores da região, que pagaram 100 euros por cada uma de suas vacas de leite para se associar ao grupo. Eles entregam o esterco produzido em suas propriedades e recebem em troca o biofertilizante, resultado da fermentação dos dejetos. A BTS organiza a entrega do material. A estimativa é que os produtores chegam a economizar cerca de 1,5 mil euros por ano não precisando comprar fertilizantes químicos.

Segundo o gerente da planta, David Messner, 98% da energia produzida são vendidas. A empresa recebe 28 centavos de euro por kW/h injetado na rede da concessionária de energia. “O custo da operação é de 600 mil euros por ano. Só o transporte consome metade deste valor”, afirma Messner. A usina fatura 2,2 milhões de euros por ano.

Novas fontes

O Brasil caminha para aumentar a diversificação de sua matriz energética. Em 2016, a energia oriunda de hidrelétricas ainda era responsável por 67,9% do total de eletricidade produzida no país. Eólica e biomassa contribuíram com 5,3% e 8,8%, respectivamente. Temos ainda energia produzida por termoeletricas, ligadas em caso de aumento da demanda. A abundância hídrica estimulou investimentos consideráveis na construção de usinas hidrelétricas, mas as limitações legais e de meio ambiente inibem novas plantas com reservatórios.

A instalação de usinas movidas pela força das águas em várias partes do país, e a integração da produção na distribuição de energia, permitiu ao Brasil controlar e equilibrar o fornecimento de eletricidade em todo o território, também parece ter inibido ações de Estado para evitar uma quase dependência em apenas uma matriz energética.

Duto de esterco

Outro local visitado pela comitiva paranaense na Itália foi a usina de biogás Roberta Bioenergia, em Isorella, região da Lombardia. Com potência instalada de 1 MW, a planta utiliza por dia 45 toneladas de silagem de milho e triticale e 10 a 15 m³ de dejetos de suínos e bovinos. O esterco de 2 mil porcos, de uma fazenda próxima, chega

à planta por um duto subterrâneo com três quilômetros de extensão a cada dois dias. A alimentação dos digestores é automatizada. Um funcionário trabalha duas horas por dia no local para acompanhar a operação da planta.

A usina está instalada em uma fazenda de 230 hectares, que tem lavoura de milho e triticale. Ela mantém estoque de silagem para um ano. De acordo com Adriano Boldini, gerente da unidade, a planta custou 5 milhões de euros e fatura 2,4 milhões de euros por ano. “A usina começou a operar em 2012. Ainda fornecemos a energia pelo valor antigo [28 centavos de euro]. Temos subsídio por 15 anos e o nosso custo de produção é de 1 milhão de euros. O dinheiro é gasto com a manutenção do equipamento, a compra do milho, mão de obra e transporte. Os dejetos são trocados por biofertilizantes”, diz Baldini.

Áustria



Em Margarethen am Moos, na Áustria, a delegação do Sistema FAEP/SENAR-PR esteve em uma das maiores usinas de biogás do país europeu. A planta da Energieversorgung Margarethen (EVM) entrou em operação em 2004 e, em 2013 ampliou as operações, após receber aporte financeiro de investidores. A unidade tem potência instalada de 3 megawatts e usa 150 toneladas de resíduos (palha de milho, grama, hortaliças e esterco de bovinos e cavalos) diariamente em seus três biodigestores, com capacidade para 8 mil m³ no total, e nos 2 pós-digestores (cada um com 7 mil m³ de capacidade). A usina ainda mantém uma lagoa de 4 mil m³ para armazenagem.

A usina gera 700 kW/h de eletricidade, 500 m³ de metano por hora e 1 MW/h de energia térmica. A produção de calor segue por uma tubulação de 1,8 km até uma estufa para plantação de tomate. A energia térmica também atende as residências da região. A usina recebe 2 centavos de euro por kW/h pelo calor fornecido à estufa e 5 centavos de euro por cada kW/h entregue às residências. A empresa prevê faturar 3,3 milhões de euros no período 2017/18, com um custo de produção de 2,7 milhões de euros.



“Conhecemos nesta viagem o potencial de uma nova fonte de energia. Nosso país tem todo esse potencial. Por isso, precisamos aplicar essa tecnologia dentro da nossa realidade, das nossas dimensões”

Ari Marcolin,
secretário do Sindicato Rural de Catanduvas



“As visitas foram muito importantes para que a gente possa avaliar alternativas para produzir energia com resíduos vegetais e dejetos animais. Podemos garantir uma autossuficiência, principalmente para os pequenos produtores”

Ivo Pierin Junior,
presidente do Sindicato Rural de Paranavaí



“Quanto mais avançamos na viagem, mais fiquei convencido de que o uso e produção da bioenergia é um caminho sem volta. Vamos precisar adequar muita coisa no Brasil, mas acredito que é uma boa alternativa se nos organizarmos em cooperativas e associações”

Roberto R. Bittencourt,
vice-presidente do Sindicato Rural de Terra Boa



“Esta viagem está sendo um aprendizado. Uma oportunidade. Estamos abertos para aprender e eles dispostos a nos ensinar. Temos inúmeras possibilidades de investir na produção de bioenergia no Brasil”

Hélio Capelesso,
vice-presidente do Sindicato Rural de Dois Vizinhos



“Venho buscando há algum tempo conhecimento sobre essas tecnologias que vimos na Europa. A demanda de energia no Brasil está equilibrada, mas a retomada da economia pode aumentar a demanda. Na minha região, acredito que a energia fotovoltaica é a mais viável”

Paulo Ricardo da Nova,
presidente do Sindicato Rural de São José dos Pinhais



“O Sistema FAEP/SENAR-PR está de parabéns por propiciar essa oportunidade para que a gente possa conhecer tecnologias de energia renovável. Podemos resolver a questão do passivo ambiental. O Brasil tem muito o que caminhar para alcançar o atual estágio da Europa”

Wellington Brasil Félix,
secretário do Sindicato Rural de Barbosa Ferraz

MISSÃO DE PAZ

NO HAITI

Em 13 anos, tropas brasileiras enfrentaram crises sociais e políticas, furacões e terremotos para ajudar na estabilização do país caribenho



A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) termina oficialmente no dia 15 de outubro deste ano. Liderada pelo Brasil, a missão chegou ao país caribenho em 2004 para conter um princípio de guerra civil após a deposição do presidente Jean Bertrand Aristides. Nestes 13 anos, os soldados brasileiros enfrentaram crises sociais e políticas, furacões e terremotos, mas também denúncias de abusos e maus tratos contra a população local.

Os haitianos tiveram uma relação de amor e ódio com as tropas lideradas pelo Brasil. Entre 2004 e 2007, os soldados buscaram restabelecer a segurança no país, com ações principalmente nas favelas mais violentas, mas também com atendimento médico e odontológico, distribuição de alimentos e roupas e a manutenção de escolas.

Em agosto de 2004, houve um amistoso da Seleção Brasileira de futebol contra o selecionado local, que ficou conhecido como o Jogo da Paz. Os jogadores brasileiros foram recepcionados por cerca de 1 milhão de haitianos, que lotaram as ruas da capital Porto Príncipe para ver Ronaldinho Gaúcho e Ronaldo Fenômeno. O Brasil venceu por 6 a 0.

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi devastado por um terremoto de magnitude 7 na Escala Richter (que vai até 10). O saldo da tragédia: cerca de 220 mil mortos e milhares de feridos. A médica brasileira Zilda Arns, que estava no Haiti, acabou morrendo por causa do desabamento de um prédio. A Missão de Paz ajudou na busca por sobreviventes, remoção de escombros e corpos, na distribuição de alimentos e atendimento à população atingida pelo tremor. Um dos efeitos do terremoto foi o surto de cólera, que matou aproximadamente 4,5 mil pessoas.

Em outubro do ano passado, dezenas de milhares de pessoas ainda viviam em barracas desde o terremoto de 2010 quando o Haiti foi atingido pelo Furacão Mathew. Os ventos de 230 km/h e as tempestades prejudicaram a já precária infraestrutura local e provocaram a morte de mais de mil pessoas.

Ao longo dos 13 anos da Missão de Paz no Haiti, 21 países enviaram tropas para o país caribenho. Até o encerramento da participação brasileira, o país enviou cerca de 37,5 mil militares das Forças Armadas para o Haiti. Foi a primeira ação da ONU liderada pelo país.



Aprovado projeto de porte de arma no campo

Terão direito proprietários e trabalhadores maiores de 20 anos residentes na área rural



O Projeto de Lei que concede porte rural de arma de fogo aos produtores e trabalhadores do campo foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal no dia 4, por 29 votos favoráveis e duas abstenções. “Esta proposta não é para armar o campo, mas sim para proteger as famílias dos agricultores e suas propriedades diante da crescente criminalidade nas zonas rurais de todo o país”, disse o autor do projeto, o deputado Afonso Hamm (PP-RS).

Segundo o deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), presidente da Comissão de Agricultura, a proposta segue agora para análise das comissões de Segurança Pública e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara. “No entanto, como este é um tema de grande importância, so-

licitei que o projeto tramite em regime de urgência, o que poderá fazer com que ele vá direto para votação em plenário, sem passar pelas duas comissões”, afirmou Hamm.

O Projeto de Lei do deputado gaúcho recebeu parecer favorável na Comissão de Agricultura. Em seu substitutivo à proposta, o relator, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), fez apenas uma mudança substancial: a redução de 25 anos para 20 anos da idade mínima para concessão do porte rural de arma de fogo.

Condições

De acordo com a proposta (Projeto Lei 6717/2016) terão direito ao porte proprietários e trabalhadores maiores de 20 anos residentes na área rural que dependam de arma para defesa pessoal, familiar ou de terceiros e patrimonial. A licença terá validade de 10 anos e é

restrita aos limites da propriedade rural.

Para obter o porte o produtor ou trabalhador rural precisará demonstrar à autoridade policial habilidade para manusear a arma e apresentar documento de identidade, comprovante de residência na zona agrícola e atestado de bons antecedentes.

Segundo Hamm, os produtores rurais estão sendo assaltados diariamente. “São vítimas de roubos de defensivos agrícolas, maquinário e implementos. É uma situação de total insegurança que não pode persistir. Por isso, é necessário que eles tenham o porte rural de arma de fogo para se proteger”, reforçou o deputado. No Sul do país, por exemplo, um crime comum na zona rural é o abigeato (furto de gado).

Confaz prorroga Convênio ICMS até 2019

FAEP participou ativamente do processo para dar continuidade à medida, que mantém a competitividade dos produtores paranaenses

O temor de que o prazo de vigência do Convênio ICMS 100/97, que reduz a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas saídas interestaduais de insumos agropecuários, terminasse no dia 31 de outubro não existe mais. No dia 5 de outubro, o governo federal publicou, no Diário Oficial da União, a prorrogação do prazo do convênio até 30 de abril de 2019. A medida foi celebrada pelos 27 Estados, inclusive o Paraná, na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Até se chegar a essa prorrogação, que superou as anteriores, geralmente de um ano, um longo e árduo trabalho foi realizado, com participação ativa da FAEP. A entidade encaminhou, no dia 24 de agosto, ofício aos deputados estaduais paranaenses, às secretarias estaduais da Fazenda e da Agricultura e ao Instituto Pensar Agro (IPA), pedindo apoio para a manutenção do convênio. Na avaliação da FAEP, como o convênio já ocorre há 20 anos – o primeiro foi firmado em 4 de novembro de 1997, o Paraná já ab-

sorveu a redução, portanto, a prorrogação continuada não representa perda de arrecadação, mantendo os mesmos níveis tributários.

“A prorrogação do prazo faz parte do entendimento de como o agronegócio é importante para a economia do Estado e do país. A extensão da medida até 2019 é fundamental para a manutenção dos negócios no campo, principalmente no momento que temos uma alta no custo de produção e a redução da cotação de muitas culturas”, destaca Ágide Meneguette, presidente da FAEP.

Além de colaborar para a manutenção da competitividade dos produtores paranaenses, o Convênio ICMS 100/97 é considerado fundamental para a ampliação da oferta e acesso aos alimentos consumidos pelos brasileiros. “Caso não ocorresse, poderia impactar nos custos agropecuários e, conseqüentemente, gerar aumento no valor dos alimentos. A prorrogação do convênio garante a manutenção dos padrões atuais”, ressalta Meneguette.

Estendido prazo para adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (FUNRURAL)

O presidente Michel Temer prorrogou para 30 de novembro o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária

(PRR), por meio da Medida Provisória nº. 803. A informação foi publicada no dia 29 de setembro, no Diário Oficial, em edição Extra e altera a MP 793/17 que criou o PRR.

O PRR permite o parcelamento das dívidas do Funrural. Podem aderir os contribuintes que estejam em débito.

A adesão ao PRR ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado junto a Receita Federal até o dia 30 de novembro de 2017 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

A íntegra da MP 803 pode ser acessada no site do Sistema FAEP/SENAR-PR.

www.sistemafaep.org.br

FAEP pede novos estudos para o ZARC do trigo

Zoneamento atual induz produtores a plantar em períodos impróprios



Na avaliação da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, o zoneamento agrícola de trigo está induzindo produtores a plantar em períodos impróprios. Diante disso, a FAEP solicitou, via ofício, a realização de novos estudos para melhorar a metodologia da pesquisa que estabelece o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) do cereal ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O trigo possui um padrão oficial de classificação mais rigoroso que outras culturas devido aos requisitos de qualidade exigidos pela indústria moageira para a produção das farinhas. Esses aspectos qualitativos estão diretamente relacionados ao manejo a campo e às condições climáticas regionais, além de outros fatores.

A chuva excessiva na colheita, combinada com períodos prolongados de alta umidade relativa do ar, favorece a germinação do grão na espiga, que afeta um dos parâ-

metros de classificação do trigo, o número de queda. Também há restrições relacionadas à segurança alimentar, que estabelecem limites máximos tolerados de micotoxinas no grão, que pode ter como fator correlacionado a ocorrência de chuvas excessivas ao longo do ciclo da cultura. “O estudo precisa expressar com maior precisão os riscos de geada e de chuva excessiva, visando mitigar os riscos de produção”, afirma o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

O próprio Mapa divulgou, recentemente, um relatório de indenizações pagas pelas Companhias Seguradoras no âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR) entre 2006 e 2015, mostrando a geada como o fenômeno que mais gerou sinistros na cultura, correspondendo a 56% dos valores indenizados no período e as chuvas excessivas com 30%.

O índice de sinistralidade ficou em 86,7% no período avaliado, bem acima dos valores calculados para o conjunto de produtos atendidos pelo PSR (57,5%). No mesmo sentido, 325 municípios, ou 63% dos 514 municípios onde houve contratação de seguro de trigo, foram classificados como de alto risco, ou seja, têm alta frequência e intensidade de problemas climáticos.

Além disso, o Relatório Circunstanciado de 2012 a 2015 do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) apresenta resultados preocupantes na cultura do trigo quando compara as receitas versus as despesas por produto, mostrando que a alíquota de equilíbrio do cereal deveria ser de 20,71%, devido principalmente às perdas por chuva excessiva.

O documento foi enviado ao ministro Blairo Borges Maggi, ao Secretário de Política Agrícola, Neri Geller, e ao Diretor do Departamento de Gestão de Riscos da SPA/Mapa, Vitor Augusto Ozaki.

PRODUTOR
RURAL

**FIQUE
ALERTA**

O PRAZO PARA
INSCRIÇÃO NO
CAR E ADESÃO AO
PRA TERMINAM EM

31/12/2017

*NÃO PERCA OS
BENEFÍCIOS DO
NOVO CÓDIGO
FLORESTAL

▼
**O SEU
CAR ESTÁ
CORRETO?**

**VOCÊ JÁ
ADERIU
AO PRA?**

acesse www.iap.pr.gov.br e saiba mais

Vida rural invade a cidade

Durante uma semana, quem passou pelo Shopping Palladium, em Curitiba, pôde interagir virtualmente com plantas e animais em ação



O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) proporcionou aos visitantes do Shopping Palladium, em Curitiba, uma experiência única. Uma tecnologia de realidade aumentada possibilitou, de 3 a 9 de outubro, a interação digital entre pessoas, animais e plantas. A atividade faz parte da exposição “Uma janela para o futuro do Brasil – ação de realidade aumentada”, que integra as comemorações dos 25 anos do SENAR.

O objetivo principal da exposição é levar a realidade do campo para os grandes centros. O evento contribuiu para divulgar o trabalho de formação profissional rural, ações de promoção social e assistência técnica realizado pelo SENAR no país. A entidade desempenha na agropecuária brasileira a missão de disseminar conhecimento, tecnologia e inovação no campo. Além disso, a mostra aponta que agricultura e pecuária também têm a tecnologia presente em seu dia a dia.

“Se a agropecuária brasileira é hoje pop e tecno é por-

que avançamos nas pesquisas e inovação. Mas o sucesso do setor que contribui com o crescimento do país não teria acontecido sem educação. É o que o SENAR faz há 25 anos. Tira as pesquisas das prateleiras da Embrapa, de universidades e outras entidades e leva para o campo, em forma de cursos de formação profissional, presenciais e a distância, ações de promoção social e assistência técnica”, destaca o secretário executivo do SENAR, Daniel Carrara.

A tecnologia utilizada possibilita que os mundos real e virtual se misturem. Isso ocorre por meio da projeção de figuras em um cenário filmado. A imagem atual e a gravada exibidas de forma simultânea, em uma tela separada, dão a sensação de que as cenas acontecem no momento presente.

Dessa forma, o público pôde enxergar em uma grande tela a sua própria imagem caminhando em uma paisagem diferente. Em vez do piso do

shopping, a mostra levou as pessoas a passearem entre árvores e animais descobrindo toda a magia da vida no campo. Além disso, o público simulou o contato com bichos e plantas, tirou fotos e interagiu livremente com os detalhes mostrados nos audiovisuais.

Outras ações

A exposição percorre capitais de todo o Brasil. Mas além desses eventos de realidade aumentada, ocorrem simultaneamente ações promocionais nas principais feiras agropecuárias do Brasil. Há ainda uma revista especial e um livro com histórias de brasileiros que tiveram as vidas transformadas pelo SENAR.

Ao longo da sua história, o SENAR contabiliza mais de 75 milhões de brasileiros atendidos, gratuitamente. Só em 2016 foram 3,4 milhões. Para mais informações, acesse o site www.senar.org.br

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 06 - SAFRA 2017/18

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 28 de setembro de 2017, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em setembro de 2017 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2017/18, que passam a vigorar a partir de 1º de outubro de 2017.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de setembro de 2017, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM SETEMBRO DE 2017 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,02%	52,27	1,66%	57,04
AME	66,74%	53,34	51,72%	60,20
EAC - ME	0,47%	1.708,53	1,95%	1.758,68
EAC - MI	13,06%	1.586,04	18,33%	1.567,61
EA - of	0,04%	1.650,60	0,04%	1.683,18
EHC - ME	1,20%	1.540,76	0,36%	1.523,65
EHC - MI	15,86%	1.415,55	24,50%	1.387,46
EH - of	1,61%	1.425,68	1,45%	1.417,87
obs: EAC - ME + MI + of	13,56%	1.590,42	20,31%	1.586,15
EHC - ME + MI + of	18,67%	1.424,47	26,31%	1.391,00

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,02%	0,5927	1,66%	0,6468
AME	66,74%	0,6072	51,72%	0,6854
EAC - ME	0,47%	0,6011	1,95%	0,6187
EAC - MI	13,06%	0,5580	18,33%	0,5515
EA - of	0,04%	0,5807	0,04%	0,5922
EHC - ME	1,20%	0,5657	0,36%	0,5594
EHC - MI	15,86%	0,5198	24,50%	0,5094
EH - of	1,61%	0,5235	1,45%	0,5206
Média		0,5849		0,6129
obs: EAC - ME + MI + of	13,55%	0,5595	20,31%	0,5580
EHC - ME + MI + of	18,67%	0,5230	26,31%	0,5107

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,93%	57,04
AME	55,86%	55,40
EAC - ME	1,09%	1.758,68
EAC - MI	18,97%	1.621,63
EA - of	0,02%	1.683,18
EHC - ME	0,20%	1.523,65
EHC - MI	22,11%	1.430,59
EH - of	0,81%	1.417,87

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,93%	0,6468
AME	55,86%	0,6307
EAC - ME	1,09%	0,6187
EAC - MI	18,97%	0,5705
EA - of	0,02%	0,5922
EHC - ME	0,20%	0,5594
EHC - MI	22,11%	0,5253
EH - of	0,81%	0,5206
Média		0,5949

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	64,96	72,56
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	64,96	72,56

Maringá, 28 de setembro de 2017

MARIO T. GONDO / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Vice-presidente

Núcleo Jovem

Está em criação, no Sindicato Rural de Cascavel, o Núcleo Jovem. A ação faz parte da modernização e reformulação da entidade. No dia 26 de setembro, o presidente Paulo Orso reuniu-se com alguns dos responsáveis pela criação do grupo. O objetivo é garantir a sucessão familiar rural, capacitar e incentivar os jovens agricultores a permanecer no campo.



Defesa pública de projetos Prosolo

Seis participantes do curso “Manejo de solo e água em propriedades rurais e microbacias hidrográficas”, que integra o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), realizaram a defesa de seus projetos individuais, na Estação/Polo Regional do IAPAR, em Paranaíba, no dia 4 de outubro.

Fizeram suas defesas os profissionais Anderson José Alves, Claudemir José Grolí, Davi Antonio Oliveira Barizão, Jeferson Rodrigo da Costa, Jonez Fidalski e Mauro Moreira dos Santos, todos enfocando Planejamento Conservacionista de Solos e Águas.

A coordenação e avaliação dos projetos foram feitas

por Flaviane Marcolin de Medeiros (SENAR-PR) e Alini Taichi Machado (Instituto Emater), com a supervisão de Edberto Moura Lima.



Gestão, saúde ocupacional e apoio administrativo em Faxinal

O Sindicato Rural de Faxinal, na região Norte do Estado, contratou a empresa SESSMA, que trabalha com gestão, saúde ocupacional e apoio administrativo, para disponibilizar esses serviços aos seus associados. De acordo com o presidente da entidade, Alfredo Alves Miguel Junior, a ideia é fornecer aos associados condições necessárias para o cumprimento das obrigações legais, principalmente no que diz respeito às normas trabalhistas.

Um dos grandes diferenciais do projeto é levar os

serviços até a propriedade rural. Para isso foi mobilizada uma equipe multidisciplinar com cerca de 15 pessoas que utilizam uma plataforma digital que integraliza as informações online.



CPI das Questões Fundiárias

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, participou da Sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Questões Fundiárias, que verifica na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) o cumprimento de ordens judiciais de reintegrações de posse e regularização fundiária de áreas públicas e privadas, rurais e urbanas, em todo o estado, no dia 4 de outubro.

Meneguette respondeu questionamentos dos deputados acerca da situação dos produtores rurais e reclamações que chegam a respeito de invasões ou negociações com posseiros. “Segundo o nosso setor jurídico, são cerca de 80 áreas. Algumas estão sendo negociadas pelos proprietários com o INCRA; áreas que precisam do cumprimento de reintegração de posse. A empresa Araupel, o caso mais emblemático do estado, tem problemas há anos. O que defendemos é que o proprietário rural precisa ter tranquilidade para trabalhar em suas terras”, afirmou. “A FAEP quer que a lei seja cumprida. Existe legislação específica nas constituições Federal e Estadual, e é o cumpri-

mento delas que nós exigimos”, disse.

O presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), Amílcar Cavalcanti Cabral também foi ouvido pelo grupo presidido pelo deputado Marcio Pauliki (PDT). Ele explicou sobre o papel do ITCG em relação à regularização fundiária no Paraná.

O prazo final para entrega do relatório da CPI é fevereiro de 2018. Participaram da reunião ainda os deputados Paulo Litro (PSDB), Tião Medeiros (PTB), Pedro Lupion (DEM) e Professor Lemos (PT).

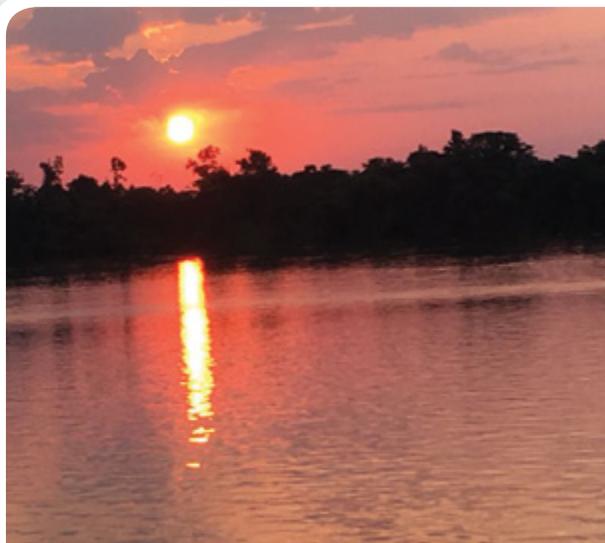


LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Batata gigante - Ezequiel Marques de Jesus, de Cambé é colaborador assíduo do Leitor em Foco. Já enviou várias contribuições, mas desta vez surpreendeu a todos com a imagem da batata de sete quilos.



Brilho da Natureza - O leitor Mateus Oliani compartilha conosco a visão privilegiada que ele tem do pôr do sol na propriedade localizada em Colorado, no Norte Central do Paraná



RIBEIRÃO DO PINHAL

JOVEM AGRICULTOR APRENDIZ

17 jovens do JAA - Jovem Agricultor Aprendiz - cenário agrossilvipastoril – E stão participando do curso preparando para gestão que iniciou em 8 de agosto e termina em 14 de dezembro. A instrutora da capacitação promovida pelo Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal é Lidiane Barbosa Braga.



CIANORTE

FRUTICULTURA

O Curso de Fruticultura Básica – Clima Tropical foi realizado pelo Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná e a EMATER, nos dias 13 e 14 de julho. A instrutora foi a Cassia Helena Borghi de Barros e as aulas teóricas foram realizadas na ASSAMPAR. Participaram 11 pessoas.



CAMPO MOURÃO

PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS

O Sindicato Rural de Campo Mourão, promoveu, em parceria com a Prefeitura Municipal de Iretama, o curso Produção Artesanal de Alimentos: derivados de pescado, nos dias 14 e 15 de agosto. Participaram 11 pessoas, o instrutor foi Sérgio Kazuo Kawakami e a aula prática foi realizada na Cozinha do Assentamento Muquidão.



BITURUNA

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RETROSCAVADEIRA

11 pessoas participaram do curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Retroescavadeira - básico em retroescavadeira, realizado no Sindicato Rural de Bituruna, entre os dias 18 a 21 de setembro. O instrutor foi Adelar Cagnini.



ASTORGA

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

O curso Análise e Classificação de Grãos (soja, milho e trigo) foi realizado pelo Sindicato Rural de Astorga, entre os dias 19 a 21 de setembro. A capacitação ministrada pelo instrutor Patrick Johannes Scholten, e teve 13 participantes.



JACAREZINHO

PRIMEIROS SOCORROS

O Sindicato Rural de Jacarezinho realizou, em parceria com a Cobercrina, o curso Primeiros Socorros, entre os dias 16 a 23 de Setembro. Participaram 10 pessoas. O instrutor foi Fernando Jodas Gonçalves.



TERRA ROXA

PROGRAMA APOENA

O Programa APOENA - Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca - básico em mandioca foi realizado na APAE, nos dias 18 e 19 de setembro, pelo Sindicato Rural de Terra Roxa. Participaram 14 pessoas. A instrutora foi Silvia Lucia Neves.



SÃO JOÃO

PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL

O Sindicato Rural de São João realizou o encerramento da turma do Programa Empreendedor Rural no dia 14 de setembro. Foram nove participantes da capacitação ministrada pela instrutora Roberta Ronsani Schu.

VIA RÁPIDA

CIA ou FBI

A influência da cultura dos Estados Unidos no mundo inteiro é tão grande que parece ser mais fácil conhecer a história, personalidades e instituições norte-americanas do que as de seu próprio país. Quem nunca ouviu falar da CIA e seus espões? E do FBI e seus agentes onipresentes? Os filmes de Hollywood ajudaram a popularizar essas siglas. O FBI (Federal Bureau of Investigation) é uma agência governamental criada em 1908, administrada pelo Procurador Geral da Justiça dos EUA, que investiga violações da lei penal federal norte-americana. Uma espécie de Polícia Federal. São 30 mil funcionários atuando em 60 países, inclusive no Brasil. Já a CIA (Central Intelligence Agency) é o serviço de inteligência dos EUA. Seus espões coletam informações que ameaçam a segurança nacional.



Polêmica

Em Iver, no Reino Unido, as autoridades de trânsito decidiram inovar. Colocaram balizas no formato de crianças usando uniforme escolar. A iniciativa bizarra tem incomodado alguns motoristas. O conselho distrital de Iver alega que os bonecos ajudam o motorista a prestar atenção às leis de trânsito, principalmente perto de escolas.

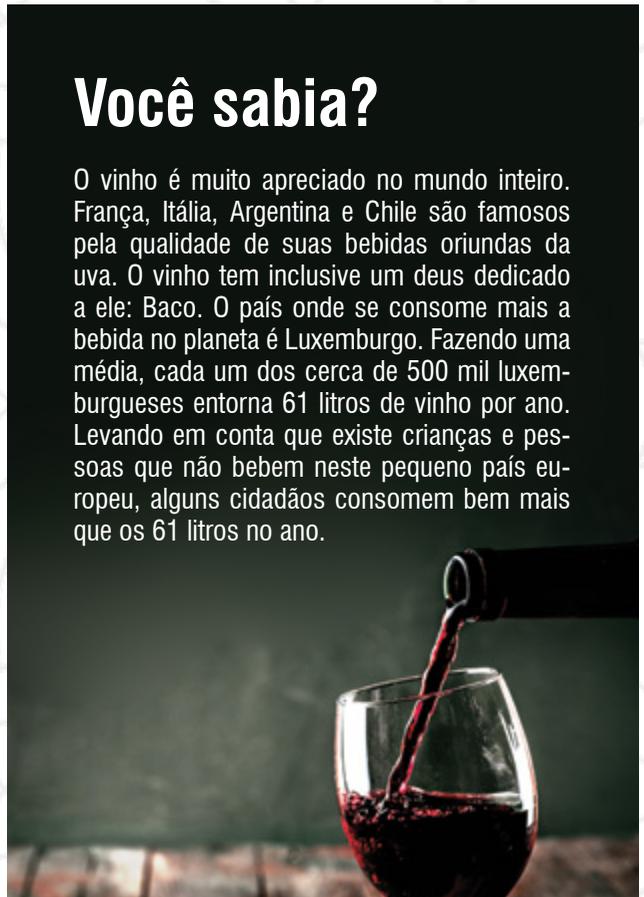


Você sabia?

O vinho é muito apreciado no mundo inteiro. França, Itália, Argentina e Chile são famosos pela qualidade de suas bebidas oriundas da uva. O vinho tem inclusive um deus dedicado a ele: Baco. O país onde se consome mais a bebida no planeta é Luxemburgo. Fazendo uma média, cada um dos cerca de 500 mil luxemburgueses entorna 61 litros de vinho por ano. Levando em conta que existe crianças e pessoas que não bebem neste pequeno país europeu, alguns cidadãos consomem bem mais que os 61 litros no ano.

Cacareco canadense

No Canadá, um cachorro foi lançado candidato a prefeito da cidade de St. John. A campanha bem-humorada foi ideia do dono de Finn, que colocou uma série de vídeos com a “plataforma” eleitoral do cão no YouTube. Vale lembrar que no Brasil, em 1959, um rinoceronte recebeu cerca de 100 mil votos na eleição municipal de São Paulo. À época, as cédulas eram em papel e o eleitor tinha de escrever o nome do candidato escolhido. Como protesto, os paulistanos votaram no rinoceronte Cacareco. Se os votos fossem válidos, o bicho teria ocupado uma vaga de vereador da cidade.



Água limpa

Uma tecnologia desenvolvida por pesquisadores da Universidade Cornell, nos Estados Unidos, está mudando a realidade de comunidades pobres em Honduras. Os vilarejos sofriam com a falta de água potável. Para solucionar o problema, foram instaladas estações de tratamento sem a necessidade de eletricidade. Os equipamentos usam a gravidade para tornar a água limpa. O processo começa com o uso de um agente químico para unir partículas na água. O líquido é enviado para um tanque no qual essas partículas se sedimentam no fundo. A água segue para um filtro de areia antes de ser purificada com cloro. Só depois vai para os tanques que abastecem as comunidades.



“A vida é puro ruído entre dois silêncios abismais. Silêncio antes de nascer, silêncio após a morte.”

Isabel Allende,
escritora chilena

Responda se puder

- Por que laranja se chama laranja e limão não se chama verde?
- Por que lojas abertas 24 horas possuem fechadura?
- Por que quem trabalha no mar se chama marujo? Quem trabalha no ar deveria ser Araújo?
- Por que separado se escreve tudo junto, e tudo junto se escreve separado?
- Por que os kamikazes usavam capacete?
- Para que serve o bolso em um pijama?
- Por que os aviões não são fabricados com o mesmo material usado nas suas caixas pretas?
- Por que tem gente que acorda os outros para perguntar se estavam dormindo?
- Como se escreve zero em algarismos romanos?
- Por que as pessoas apertam o controle remoto com mais força quando a pilha está fraca?
- Quando inventaram o relógio, como sabiam que horas eram, para poder acertá-lo?
- Se depois do banho estamos limpos, por que lavamos a toalha?



UMA SIMPLES FOTO



OUTUBRO ROSA

Cada ano vem aumentando a adesão ao movimento mundial “**Outubro Rosa**”, que visa chamar atenção, diretamente, para a realidade atual do câncer de mama e a importância do diagnóstico precoce. São inúmeras iniciativas que ocorrem no mundo.

Vários segmentos da sociedade contribuem na divulgação da importância da luta contra o câncer que mais mata mulheres em todo o mundo. Em outubro monumentos e locais históricos são iluminados com o tom rosa do movimento.

Este mês é representativo para a causa, tornando-se especial e destacado dos demais. Mas, é importante que o assunto seja levado a sério nos 12 meses do ano, já que a doença é implacável.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistematicaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistematicaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistematicaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

